



[Handwritten signature]

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO
ATRIBUÍDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI N.º 52/2015, DE 9 DE JUNHO, RELATIVAS AO
REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Considerando que:

- a) A Lei n.º 52/ 2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (abreviadamente designado por RJSPTP), estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação;
- b) Os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, conforme consta do artigo 6º do RJSPTP;
- c) As Comunidades Intermunicipais são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica, conforme disposto no artigo 7º do RJSPTP;
- d) Assim, revela-se imprescindível e inadiável definir os termos em que as autoridades de transportes que atuam no território administrativo da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo deverão proceder, desde já, no domínio da "exploração de serviço público de transporte de passageiros atribuída por via de procedimento distinto do concorrencial" (artigo 9º da Lei 52/ 2015, de 9 de junho), bem como no que concerne à matéria versada nos artigos 10º e 11º da citada Lei, isto é, respetivamente, quanto à "autorização para a manutenção do regime de exploração a título provisório" e no que respeita aos requisitos da mesma.
- e) Incontornável é, também, a necessidade de atender ao definido no RJSPTP, nos seus artigos 6º n.º 2 e 10.º, e, por essa razão, definir os termos da delegação de competências entre os respetivos municípios e a CIMLT, a concretizar através de contratos Interadministrativos, na área do serviço público de transporte de passageiros, de modo a promover uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como a universalidade de acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal
- f) Sucede, no entanto, que a indefinição existente sobre os modelos de financiamento do sistema de transportes não aconselha, por ora, que os municípios e a CIMLT enveredem já por um figurino definitivo de gestão do sistema, sem prejuízo de, no imediato, se proceder à efetiva assunção das responsabilidades e das competências necessárias à gestão de alguns segmentos do sistema, por agora, com natureza transitória.



g) Por outro lado, e na impossibilidade de serem elaborados à presente data, os Estudos a que se refere o n.º 2 do artigo 122º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico – RJAL), por absoluta ausência de dados que o permitam, as Partes declaram quanto aos requisitos enunciados nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115º do RJAL, que:

i) O não aumento da despesa pública global está assegurado por via do financiamento transitório no montante global de 3 000 000 euros, a repartir em partes iguais entre cada uma das referidas autoridades de transportes, em cumprimento do estatuído no n.º 2, artigo 4º da Lei 52/2015, de 9 de junho e enquanto não disponham dos meios de financiamento previstos no artigo 11º do RJSPTP em medida necessária ao desempenho das novas funções;

ii) O aumento da eficiência da gestão dos recursos pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo está assegurado por via da utilização concertada dos recursos parcos que são disponibilizados pelo Estado, por cada um dos municípios e pela própria CIMLT, gerando um ganho de escala e a correspondente poupança;

iii) O ganho de eficácia do exercício das competências da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo está assegurado por via da necessária visão sistémica e global do sistema de transportes e da correlativa mobilidade supramunicipal e que permite uma análise partilhada entre os diversos operadores, bem como entre os representantes autárquicos das populações utentes do sistema;

iv) O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro (a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis) está subjacente ao objeto e aos objetivos do presente Contrato Interadministrativo, na medida em que só uma visão integrada de âmbito territorial supramunicipal permite garantir a sua prossecução;

v) A articulação entre os diversos níveis da administração pública local (municípios e Comunidade Intermunicipal) está assegurada não só pelos próprios mecanismos contratuais infra previstos, como pelo facto de os Municípios estarem representados ao nível dos órgãos Executivo e Deliberativo da Comunidade Intermunicipal.

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE - Município de Almeirim (adiante designado abreviadamente por Município), NIPC 501 273 433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 ALMEIRIM, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente de Câmara Municipal, Paulo Vladimiro Santana Caetano, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Câmara Municipal de Almeirim de 19 de Dezembro de 2016 e da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim de 29 de Dezembro de 2016, adiante designada por entidade delegante;

E

SEGUNDO OUTORGANTE - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada abreviadamente por CIMLT), com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, pessoa coletiva n.º 508787033 aqui representada por Pedro Miguel César Ribeiro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, com poderes para o ato, e em execução da deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo datada de 29 de Dezembro de 2016, adiante designada por entidade delegada;

É acordado e reciprocamente aceite o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Natureza do Contrato

O presente Contrato tem a natureza de contrato Interadministrativo de delegação de competências, sendo celebrado ao abrigo do disposto nos artigos 6.º n.º 2 e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que consubstancia o Regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico (RJAL), na sua atual redação.

Cláusula Segunda

Lei Habilitante

O presente Contrato é celebrado ao abrigo do disposto no artigo 10º da Lei nº52/2015, de 9 de junho (RJSPTP), na alínea k) do nº 1 do artigo 25º, nas alíneas k) e l) do nº 1 do artigo 90º e no artigo 128.º, todos do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro (Regime jurídico das autarquias locais, aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, estabeleceu o regime

jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovou o regime jurídico do associativismo autárquico); do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23. 10. 2007, da Lei 10/90, de 17 de março (Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres); do Decreto-lei 60/2016, de 8 de Setembro (Serviço de Transporte de Passageiros Flexível) e do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

Cláusula Terceira

Objeto do Contrato

1- O Contrato tem por objeto a delegação de competências do Município de Almeirim na Comunidade intermunicipal da Lezíria do Tejo, relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, nos termos das cláusulas seguintes.

2- O Contrato abrange as seguintes áreas:

- a) Definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade;
- b) Planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros.

Cláusula Quarta

Objetivos Estratégicos

1- A atuação dos outorgantes, na execução do presente Contrato, visa a prossecução dos objetivos de eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, devendo ser garantida a gradual implementação de um modelo concorrencial, transparente e não discriminatório, acessível aos diversos operadores de transportes.

2- Os outorgantes comprometem-se ainda, na execução do presente Contrato, a promover a gestão e o uso eficiente dos recursos públicos, a promoção da universalidade do acesso e da qualidade dos serviços, a coesão-económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal.

Cláusula Quinta

Princípios Gerais

A negociação, celebração, execução e cessação do presente Contrato obedece aos seguintes princípios:

- a) Igualdade;
- b) Não discriminação;

- c) Estabilidade;
- d) Prossecução do interesse público;
- e) Continuidade da prestação do serviço público;
- f) Necessidade e suficiência dos recursos.

Cláusula Sexta

Planeamento

1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal as competências de:

- a) Organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros bem como dos equipamentos e infraestruturas dedicados, nos termos do disposto na al. a) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP;
- b) Promover a articulação dos serviços da sua competência com os serviços da competência de outras autoridades de transporte, designadamente em áreas geográficas adjacentes e com os serviços realizados através dos modos ferroviário, rodoviário em sítio próprio e expresse que atravessem ou sirvam a área geográfica da sua competência, nos casos aplicáveis.

2 - O planeamento e a coordenação do serviço público de transporte de passageiros devem ter em conta os níveis mínimos de serviço público de transporte de passageiro, previstos no artigo 14.º e no Anexo ao RJSPTP.

Cláusula Sétima

Inquéritos à Mobilidade

O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para proceder à realização de inquéritos à mobilidade, nos termos na al. i) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.

Cláusula Oitava

Adoção de instrumentos de planeamento de transportes

O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para promover a adoção de instrumentos de planeamento de transportes, conforme disposto na al. j) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.



Cláusula Nona

Divulgação do serviço público de transporte de passageiros

- 1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para proceder à divulgação do serviço público de transporte de passageiros, nos termos da al. k) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.
- 2 - As Partes Outorgantes poderão acordar na realização de Iniciativas conjuntas de promoção e divulgação do serviço público de transporte de passageiros.

Cláusula Décima

Exploração do serviço público de transporte de passageiros

- 1 – O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para a exploração, através de meios próprios e ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros, conforme disposto na al. b) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.
- 2 – Excluem-se da delegação supra identificada:
 - a) Os transportes urbanos de Almeirim (TUA);
 - b) Os transportes escolares: Serviço Regular especializado.
- 3 – O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante a realização de serviços público de transporte flexível de passageiros e a pedido, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei nº60/2016, de 8 de Setembro.
- 4 - Nos casos legalmente previstos, poderá a Segunda Outorgante recorrer à adjudicação da exploração do serviço público de transporte de passageiros por ajuste direto ou prorrogação do prazo de um determinado contrato de serviço público, mediante acordo com o operador de serviço público, nos termos do artigo 19º do RJSPTP.
- 5- A seleção de qualquer operador de serviço público deverá observar o regime jurídico estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros, bem como as disposições do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no RJSPTP.
- 6 – A Segunda Outorgante obriga-se a informar previamente a Primeira Outorgante, do lançamento de qualquer procedimento para seleção de operador de serviço público de transporte, bem como dar todas as indicações sobre o andamento de tal procedimento e dos resultados do mesmo.

Cláusula Décima Primeira

Obrigações de Serviço Público

O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para determinar obrigações de serviço público ao operador, as quais devem ser apresentadas de forma expressa e detalhada, por referência a elementos específicos, objetivos e quantificáveis, nos termos da al. c) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP, mediante acordo prévio entre os Outorgantes, o qual incidirá sobre a modalidade da imposição, em concreto, de obrigações de serviço público aos operadores e sobre a adoção de financiamento devido pelas compensações a que se refere o artigo 24.º do RJSPTP.

Cláusula Décima Segunda

Autorização para a manutenção do regime de exploração a título provisório

1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para, por razões de interesse público relevante devidamente fundamentado, autorizar a manutenção dos títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóveis (RTA) aprovado pelo Decreto nº37272, de 31 de dezembro de 1948, em regime de exploração provisória, após as datas resultantes da aplicação do artigo 9º da Lei nº 52/2015, de 9 de junho, não podendo o respetivo prazo de vigência terminar, em caso algum, após 3 de dezembro de 2019.

2 - O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para, durante o prazo de vigência da autorização, e após requerimento do operador de serviço público, aprovar o ajustamento das respetivas condições de exploração em função da procura, de modo a garantir a eficiência e sustentabilidade da mesma, nos termos do nº3 do artigo 12º da Lei nº 52/2015, de 9 de junho.

Cláusula Décima Terceira

Responsabilidade Financeira e salvaguarda do não aumento da despesa global

1- A presente delegação de competências rege-se, em todas as suas ações, pelo cumprimento do número 3, do artigo 115.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, no que se refere ao não aumento da despesa pública global.

2- Qualquer ação solicitada ou promovida por qualquer uma das partes que represente ou possa representar aumento da despesa pública global deverá ser objeto de contratação específica, respeitando os requisitos próprios e o respetivo quadro legal em vigor.

ht
[Handwritten signature]

3 – O cumprimento do desiderato de não aumento da despesa pública acha-se assegurado por via do financiamento transitório a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.

Cláusula Décima Quarta

Financiamento

1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal que lhe for delegado, a competência para proceder ao financiamento do serviço público de transporte de passageiros, bem como financiamento das obrigações de serviço público e das compensações pela disponibilização de tarifários sociais bonificados determinados pela autoridade de transportes, nos termos da alínea e) do n.º2 do artigo 4.º do RJSPTP.

2- Sem prejuízo do disposto nos instrumentos contratuais que regulam a exploração do serviço público de transporte de passageiros, a Segunda Outorgante pode estabelecer mecanismos de financiamento da sua competência que impliquem, designadamente, a afetação do produto das receitas decorrentes de taxas cobradas como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, bem como destinadas às obrigações de serviço público e ou à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros.

3- A criação das taxas, previstas na alínea d) do número 1 do artigo 11.º do RJSPTP, bem como o respetivo modelo de aprovação, liquidação e cobrança das mesmas, competirá à Segunda Outorgante, após aprovação do Conselho Intermunicipal, constituindo receita própria da CIMLT.

4- A elaboração e apresentação do estudo de Impacto financeiro necessário para sustentar as propostas de fixação das percentagens municipais, previstas no n.º 1 do artigo 11.º do RJSPTP, e de acordo com os termos do n.º 2 do artigo 122.º e do n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, será da responsabilidade da Segunda Outorgante.

5- As receitas provenientes do Fundo para o Serviço Público de Transportes, previsto no artigo 12.º do RJSPTP, constituirão receita da Segunda Outorgante nos termos da lei n.º 52/ 2015, de 9 de Junho.

Cláusula Décima Quinta

Contrapartidas Financeiras

O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para receber contrapartidas financeiras pela atribuição do direito de exploração de serviços públicos de transporte de passageiros pelos operadores de serviço público, conforme al. g) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP e nos termos da demais legislação aplicável e segundo as regras fixadas em acordo escrito a celebrar entre as partes.

Cláusula Décima Sexta

Investimento em redes, equipamentos e infraestruturas

1 - O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante a realização de Investimentos conjuntos nas redes, equipamentos e Infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, conforme al. d) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.

2 – Constitui receita da Segunda Outorgante, o produto das receitas provenientes da exploração de redes, equipamentos e Infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, excepcionando-se os que não forem propriedade da Primeira Outorgante.

Cláusula Décima Sétima

Regimes Tarifários

1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para:

- a) Determinar a aprovação dos regimes tarifários a vigorar no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, devendo ser assegurada a conformidade com a Portaria a que alude o nº1 do artigo 38.º do RJSPTP, de acordo com al. f) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.
- b) Autorizar a criação de títulos de transporte da iniciativa dos operadores de serviço público, conforme nº2 do artigo 38.º do RJSPTP.
- c) Estabelecer regras gerais relativas à fixação de valores máximos de preços e atualização de tarifas, devendo ser assegurada a conformidade com a portaria a que alude o n.º 1 do artigo 38.º do RJSPTP.

2- A definição dos títulos de transporte deve privilegiar a integração tarifária, a intermodalidade e a utilização de sistemas Inteligentes de transportes.



Cláusula Décima Oitava

Fiscalização e monitorização

- 1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiro municipal, a competência para fiscalizar e monitorizar a exploração do serviço público de transporte de passageiros, nos termos da al. h) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.
- 2- No âmbito das suas atribuições de supervisão e fiscalização, que lhe são delegadas, a Segunda Outorgante supervisiona e fiscaliza a atividade do operador de serviço público em tudo o que respeite à exploração dos serviços e sua conformidade com o disposto no RJSPTP e na demais regulamentação aplicável, bem como, quando exista contratualização da exploração de serviço público de transporte de passageiros, se aplicável, no cumprimento do disposto dos respetivos contratos.

Cláusula Décima Nona

Exercício das competências delegadas

As competências delegadas ao abrigo do presente contrato respeitam apenas aos poderes do município delegante enquanto autoridade de transportes municipal relativamente ao serviço público de transporte de passageiros, entendido este como o serviço público de transporte de passageiros que visa satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município e que se desenvolve integralmente dentro da respetiva área geográfica, mesmo que existam linhas secundárias e complementares ou outros elementos acessórios dessa atividade que entrem no território de municípios imediatamente contíguos, abrangendo os serviços de transporte locais e urbanos previstos na Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, aprovada pela Lei n.º 10/90, de 17 de março.

Cláusula Vigésima

Da gestão de linhas/carreiras

- 1- No exercício das competências delegadas, a CIMLT previamente à prática dos atos administrativos que se revelam necessários, em particular aqueles que digam respeito à validação, autorização de manutenção, criação, alteração ou extinção de linhas de serviço público rodoviário, solicitará ao Município parecer, que terá carácter obrigatório e vinculativo, sobre o conteúdo dos atos a praticar.
- 2- No exercício das suas competências próprias, a CIMLT consultará os municípios acerca das opções e decisões administrativas a tomar no que diz respeito a outras linhas/ carreiras que não estritamente municipais.

3- Nos municípios que, enquanto autoridades de transportes, detenham um operador interno rodoviário a atuar no âmbito territorial concelhio, ou no caso em que o serviço público de transporte é realizado por meios próprios do Município, o presente Acordo interadministrativo destina-se a assegurar a articulação da rede municipal desenvolvida pelo supracitado operador interno com as linhas intermunicipais rodoviárias eventualmente existentes.

4- Após apreciação pelo Conselho Intermunicipal, a CIMLT prestará aos municípios delegantes informação trimestral sobre o exercício das competências delegadas.

Cláusula Vigésima Primeira

Incumprimento e Sanções Contratuais

1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para aplicar, no caso de incumprimento do serviço público de transporte de passageiros os procedimentos previsto no artigo 44.º do RJSPTP e aplicar as sanções contratuais nos termos do artigo 45.º do mesmo diploma.

2- O produto das multas contratuais aplicadas reverte para a Primeira Outorgante.

Cláusula Vigésima Segunda

Deveres de Informação

1- Cada uma das Partes Outorgantes informa a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Serviço Público Transportes, de acordo com o princípio da boa-fé e colaboração institucional.

2- Cada uma das Partes Outorgantes Informa a outra de quaisquer circunstâncias que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

Cláusula Vigésima Terceira

Cooperação Institucional

1- O Segundo Outorgante compromete-se a informar e estabelecer mecanismos de cooperação com os municípios da respetiva área geográfica sempre que se promovam os instrumentos de planeamento de transportes previstos no presente contrato.

2- Os Outorgantes obrigam-se reciprocamente a dar conhecimento de quaisquer circunstâncias que impliquem a alteração de serviços de transporte público a aprovar ou já aprovada.

3- O Primeiro Outorgante poderá, a qualquer momento, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal ou intermunicipal no âmbito geográfico do respetivo



município, consultar ou solicitar informação sobre os procedimentos relativos à outorga das autorizações provisórias, contratos de serviço público, prorrogação de contratos de serviço público, ajustes diretos, alterações efetuadas em serviços de transporte público já a provados, ou outras matérias, nos termos do presente contrato.

4- Sempre que a Segunda Outorgante proceda à celebração ou alteração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros municipal, solicitará previamente um parecer obrigatório e vinculativo ao Primeiro Outorgante, quanto às condições a estabelecer para a exploração do referido serviço.

5 - Sempre que a Segunda Outorgante proceda à celebração ou alteração de contratos de serviço público ou mera autorização do serviço público de transporte de passageiros intermunicipal, promoverá a consulta prévia aos Municípios que se encontrem abrangidos pelo referido serviço, quanto às condições a estabelecer para a sua exploração.

6 - Caso o Primeiro Outorgante não se pronuncie, num prazo de 10 dias úteis, após notificação para o efeito, presume-se a sua concordância quanto às condições a estabelecer para a exploração do serviço público de transporte de passageiros.

Cláusula Vigésima Quarta

Comunicações

1- Para efeitos das comunicações a efetuar no âmbito do Contrato, indicam os Outorgantes os seguintes endereços e meios de contato:

- a) Município de Almeirim - geral@cm-almeirim.pt;
- b) CIM da Lezíria do Tejo - geral@cimlt.eu;

2 - Em caso de alteração de endereço e/ ou meio de contato, os Outorgantes comprometem-se a comunicar oportunamente, por escrito, a respetiva alteração.

Cláusula Vigésima Quinta

Alterações ao Contrato Interadministrativo

1- O Contrato poderá ser revisto sempre que ocorram motivos que justifiquem a sua alteração, nomeadamente:

- a) Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b) A revisão seja indispensável para adequar o Contrato aos objetivos pretendidos;
- c) Alterações legislativas com impacto direto e relevante na execução do Contrato;
- d) Por proposta fundamentada de qualquer das Partes e aceite pela outra.
- e) Em qualquer outro caso em que haja consenso entre as Partes.

2- Qualquer alteração ao Contrato deve ser remetida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), previamente à sua entrada em vigor, para verificação da sua conformidade com a lei e publicitação no sítio da Internet daquele organismo.

Cláusula Vigésima Sexta

Cessação do Contrato Interadministrativo

- 1- O Contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução.
- 2- O Contrato cessa por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
- 3- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 129.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a mudança dos titulares dos órgãos das Partes Outorgantes não determina a caducidade do Contrato.
- 4- As Partes Outorgantes podem revogar o Contrato por mútuo acordo.
- 5- As Partes Outorgantes podem suspender ou resolver o Contrato por incumprimento da contraparte, por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas, de acordo com o previsto nos n.ºs 5 a 9 do artigo 123.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ou designadamente quando uma das partes considere que a execução do presente contrato não está a cumprir os pressupostos que lhe estão subjacentes.
- 6- A cessação do Contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.

Cláusula Vigésima Sétima

Conformidade legal e publicitação do Contrato

O Contrato deve ser remetido ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), previamente à sua entrada em vigor, para verificação da sua conformidade com a lei e publicitação no sítio da Internet daquele organismo.

Cláusula Vigésima Oitava

Interpretação e integração de lacunas e omissões

As questões de interpretação e integração de lacunas e omissões, que resultem da execução do presente Contrato, serão resolvidas por acordo, reduzido a escrito, entre as Partes Outorgantes.

Cláusula Vigésima Nona

Vigência do Contrato

1- O período de vigência do Contrato coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- O Contrato considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do município, podendo as Partes Outorgantes promover a denúncia do Contrato, no prazo de seis meses após a referida instalação.

Cláusula Trigésima

Entrada em vigor

O presente Contrato entra em vigor no primeiro dia útil após a publicação no Diário da Republica.

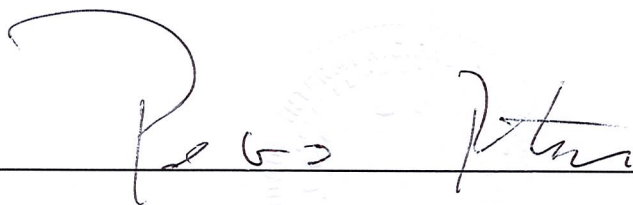
Santarém, 30 de Dezembro de 2016

Em representação do Primeiro Outorgante, Município de Almeirim



O Vice-Presidente da Câmara Paulo Vladimiro Santana Caetano

Em representação da Segunda Outorgante, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo



O Presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Pedro Miguel César Ribeiro



ADITAMENTO AO

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

ATRIBUÍDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI N.º 52/2015, DE 9 DE JUNHO, RELATIVAS AO

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Considerando que:

A) Entre o Município de Almeirim e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada abreviadamente por CIMLT, foi celebrado em 30 de Dezembro de 2016, o contrato Interadministrativo de delegação de competências, sendo celebrado ao abrigo do disposto nos artigos 6.º n.º 2 e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) aprovado pela Lei n.º 52/ 2015, de 9 de junho e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que consubstancia o Regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico (RJAL), na sua atual redação;

B) Nos termos do nº1 do artigo 11º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros: *“Sem prejuízo do disposto nos instrumentos contratuais que regulam a exploração do serviço público de transporte de passageiros, as autoridades de transportes competentes podem estabelecer mecanismos de financiamento das obrigações de serviço público de transporte de passageiros da sua competência que impliquem, designadamente, a afetação do produto das seguintes receitas:*

- a) Receitas tarifárias geradas pelo serviço público de transporte de passageiros, quando constituam receitas próprias das autoridades de transportes;*
- b) Receitas próprias provenientes da venda de cartões de suporte, nos termos definidos pela respetiva autoridade de transportes;*
- c) Receitas de outras atividades, designadamente de estacionamento;*
- d) Receitas decorrentes de taxas cobradas como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros;*
- e) Afetação de parte das receitas de contribuições já existentes, nos termos da legislação aplicável;*
- f) Receitas provenientes de comparticipação nas mais-valias e externalidades positivas atribuíveis ao sistema de transportes e que beneficiem outros setores;*

g) *Receitas de exploração comercial e publicidade nos serviços públicos de transporte de passageiros;*

h) *Receitas de contrapartidas financeiras pelo direito de exploração de serviços públicos de transporte de passageiros;*

i) *Outras receitas decorrentes da eventual operação de serviços intermediários, designadamente de canais de venda ou serviços conexos*

C) Dispõem os números 2, 3, 4 e 5 do artigo 11º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros:

“2 — Compete aos municípios a criação das taxas referidas na alínea d) do número anterior, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 10/90, de 17 de março, alterada pela Lei n.º 3 - B/2000, de 4 de abril, e pelos Decretos -Leis n.os 380/2007, de 13 de novembro, e 43/2008, de 10 de março, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 82 -D/2014, de 31 de dezembro, da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 dezembro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de dezembro, e 117/2009, de 29 de dezembro, do presente RJSPTP e da demais legislação aplicável.

3 — Quando estejam em causa serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal, as taxas referidas no número anterior são devidas pelos operadores de serviço público de transporte de passageiros ao município que reveste, nos termos do presente RJSPTP, o estatuto de autoridade de transportes competente.

4 — Quando estejam em causa serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito intermunicipal ou inter-regional, a fixação das taxas referidas no n.º 2 depende de acordo entre os municípios que integram a comunidade intermunicipal ou área metropolitana que assume o estatuto de autoridade de transportes competente.

5 — O acordo referido no número anterior designa os municípios competentes para a aprovação da taxa, a qual constitui receita própria da comunidade intermunicipal ou área metropolitana em causa.”

D) Para cumprimento das citadas disposições legais contantes do Considerando anterior, revela-se necessário proceder a alterações ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, para que fique a constar que é da competência dos Municípios a aprovação das taxas da al. d) do nº1 do artigo 11º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;

E) De acordo com a Cláusula Vigésima Quinta do contrato celebrado, as partes podem, entre outros, proceder à revisão do contrato, sempre que a revisão seja indispensável para adequar o Contrato aos objetivos pretendidos;

Perlo exposto, é acordado e reciprocamente aceite o presente aditamento contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE - Município de Almeirim (adiante designado abreviadamente por Município), NIPC 501 273 433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 ALMEIRIM, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente de Câmara Municipal, Paulo Vladimiro Santana Caetano, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Câmara Municipal de Almeirim de 20 de Março de 2017 e da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim de 27 de Abril de 2017, adiante designada por entidade delegante;

E

SEGUNDO OUTORGANTE - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada abreviadamente por CIMLT), com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, pessoa coletiva n.º 508787033 aqui representada por Pedro Miguel César Ribeiro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, com poderes para o ato, e em execução da deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo datada de 30 de março de 2017, adiante designada por entidade delegada;

É acordado e reciprocamente aceite o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Única

As partes acordam em alterar a Clausula Décima Quarta, a qual passará a ter a seguinte redação:

“Cláusula Décima Quarta

Financiamento

1- O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal que lhe for delegado, a competência para proceder ao financiamento do serviço público de transporte de passageiros, bem como financiamento das obrigações de serviço público e das compensações pela disponibilização de tarifários sociais bonificados determinados pela autoridade de transportes, nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 4º do RJSPTP.

2- Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 11.º da Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, e sem prejuízo do disposto nos instrumentos contratuais que regulam a exploração do serviço público de transporte de passageiros, a Segunda Outorgante pode estabelecer mecanismos de financiamento da sua competência que impliquem, designadamente:

- a) Receitas tarifárias geradas pelo serviço público de transporte de passageiros, quando constituam receitas próprias das autoridades de transportes;
- b) Receitas próprias provenientes da venda de cartões de suporte, nos termos definidos pela respetiva autoridade de transportes;
- c) Receitas de outras atividades, designadamente de estacionamento;
- d) Receitas decorrentes de taxas cobradas como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros;
- e) Afetação de parte das receitas de contribuições já existentes, nos termos da legislação aplicável;
- f) Receitas provenientes de comparticipação nas mais-valias e externalidades positivas atribuíveis ao sistema de transportes e que beneficiem outros setores;
- g) Receitas de exploração comercial e publicidade nos serviços públicos de transporte de passageiros;
- h) Receitas de contrapartidas financeiras pelo direito de exploração de serviços públicos de transporte de passageiros;
- i) Outras receitas decorrentes da eventual operação de serviços intermediários, designadamente de canais de venda ou serviços conexos.

3- A elaboração e apresentação do estudo de Impacto financeiro necessário para sustentar as propostas de fixação das percentagens municipais, previstas no n.º 1 do artigo 11.º do RJSPTP, e de acordo com os termos do n.º 2 do artigo 122º e do n.º 3 do artigo 115º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, será da responsabilidade da Segunda Outorgante.

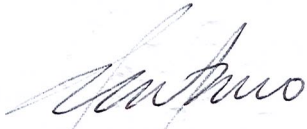
4- As receitas provenientes do Fundo para o Serviço Público de Transportes, previsto no artigo 12.º do RJSPTP, constituirão receita da Segunda Outorgante nos termos da lei n.º 52/ 2015, de 9 de Junho.”

Em tudo o mais vigoram os termos do contrato anteriormente celebrado.

O presente contrato é feito em duas vias, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Santarém, 28 de Abril de 2017

Em representação do Primeiro Outorgante, Município de Almeirim

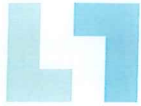


O Vice-Presidente da Câmara Paulo Vladimiro Santana Caetano

Em representação da Segunda Outorgante, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo



O Presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Pedro Miguel César Ribeiro



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal



Almeirim
Câmara Municipal

tb

2º Aditamento ao
Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Almeirim na
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo atribuídas ao Município pela Lei N.º
52/2015, de 9 De Junho, Relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte
de Passageiros



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal



Almeirim
Câmara Municipal

2º ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Considerando que:

A) Entre o Município de Almeirim e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada abreviadamente por CIMLT, foi celebrado em 30 de Dezembro de 2016 e aditado em 28 de abril de 2017, o contrato Interadministrativo de delegação de competências, sendo celebrado ao abrigo do disposto nos artigos 6.º n.º 2 e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) aprovado pela Lei n.º 52/ 2015, de 9 de junho e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que consubstancia o Regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico (RJAL), na sua atual redação;

B) Nos termos das alíneas d), e e) do número 2 do artigo 4º do RJSPTP, o investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros são da competência das Autoridades de Transportes;

C) Por via do contrato interadministrativo celebrado, a competência foi delegada na CIMLT, conforme consta da cláusula décima sexta, contudo, verifica-se que não é exequível a manutenção desta competência na CIMLT, entendendo-se que a sua gestão pelos Municípios, enquanto Autoridade de Transporte nas respetivas áreas municipais, poderá ser mais adequada;

Atento, ainda, que:

D) De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na redação atual, os operadores de serviço público podem requerer à autoridade de transporte competente, o ajustamento das respetivas condições de exploração em função da procura, de modo a garantir a eficiência e sustentabilidade da autorização provisória.

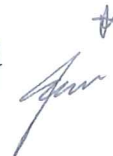
E) Tem sido recorrente a necessidade de proceder a alterações aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, autorizados pela CIMLT, de forma a dar resposta às necessidades dos utilizadores, designadamente através dos Procedimentos para Ajustamento das Condições de Exploração do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

F) Para garantia da celeridade que se impõe nesta matéria, é necessário agilizar os procedimentos adotados entre a CIMLT e os Municípios na resposta aos pedidos dos Operadores, para que apenas sejam consultados os Municípios em que a alteração de serviços possa ter implicações, e não todos aqueles em que opera a linha/carreira, como tem vindo a ocorrer;

Assim,

G) Para cumprimento ao constante dos Considerandos anteriores, revela-se necessário proceder a alterações ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (adiante CONTRATO), para que fique a constar:

- i. que é da competência dos Municípios, a realização de investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de



passageiros, sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público, bem como, a respetiva exploração e a receita proveniente da mesma;

- ii. sejam apenas consultados os Municípios em que a alteração de serviços para a linha ou carreira possa ter implicações para aqueles.

H) De acordo com a Cláusula Vigésima Quinta do contrato celebrado, as partes podem, entre outros, proceder à revisão do contrato, sempre que a revisão seja indispensável para adequar o Contrato aos objetivos pretendidos;

Pelo exposto, é acordado e reciprocamente aceite o presente aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE - Município de Almeirim (adiante designado abreviadamente por Município), NIPC 501273433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim, representado neste ato pelo Exmo. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Vladimiro Santana Caetano, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Câmara Municipal de Almeirim de 16 de maio de 2022 e da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim de 30 de junho de 2022, adiante designada por entidade delegante, primeiro outorgante ou Município;

E

SEGUNDO OUTORGANTE - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada abreviadamente por CIMLT), com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, pessoa coletiva n.º 508787033 aqui representada por Pedro Miguel César Ribeiro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, com poderes para o ato, e em execução da deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo datada de 28 de abril de 2022, adiante designada por entidade delegada, segundo outorgante ou CIMLT;

Cláusula Primeira

1 - Pelo presente aditamento o Município avoca as competências constantes na Cláusula Décima Sexta do CONTRATO, relativas à realização de Investimentos conjuntos nas redes, equipamentos e Infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, conforme al. d) do n.º2 do artigo 4º do RJSPTP.

2- Por via do constante no número anterior, constitui receita do Primeiro Outorgante, o produto das receitas provenientes da exploração de redes, equipamentos e Infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, excepcionando-se os que não forem de sua propriedade.

Cláusula Segunda

Pelo presente aditamento procede-se à alteração da redação do n.º 2 da Cláusula vigésima, (da gestão de linhas/carreiras) a qual passará a ter a seguinte redação:

"2- No exercício das suas competências próprias, a CIMLT consultará os municípios da área abrangida pelas alterações de serviço, em qualquer circulação de linhas/carreiras



não estritamente municipais, de forma a dar resposta às necessidades dos utilizadores, através dos procedimentos de ajustamento das condições de exploração."

Em tudo o mais vigoram os termos do contrato e aditamento anteriormente celebrados. O presente contrato é feito em duas vias, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Santarém, 21 de julho de 2022

Em representação do Primeiro Outorgante, Município de Almeirim

O Vice-Presidente da Câmara, *Paulo Vladimiro Santana Caetano*

Em representação da Segunda Outorgante, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, *Pedro Miguel César Ribeiro*



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal



Almeirim
Câmara Municipal



Handwritten signature in black ink
Handwritten signature in blue ink
✕

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO E PARTILHA
DE COMPETÊNCIAS ENTRE
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO,
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO
PARA SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FLEXIVEL TLP – TRANSPORTE LOCAL DE
PROXIMIDADE**

Considerando que:

- ❖ Entre o Município de Almeirim (Município) e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), foi celebrado em 30 de Dezembro de 2016 e aditado em 28 de abril de 2017, o contrato Interadministrativo de delegação de competências, ao abrigo do disposto nos artigos 6.º n.º 2 e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP) aprovado pela Lei n.º 52/ 2015, de 9 de junho e nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que consubstancia o Regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico (RJAL), na sua atual redação;
- ❖ Pelo referido contrato foram delegadas, pelo Município na CIMLT, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, através de meios próprios e ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização;
- ❖ Mais foram delegadas, as competências para realização de serviços público de transporte de passageiros flexível, nos termos do artigo 4º do Decreto-lei nº60/2016, de 8 de setembro, conforme consta do nº3 da Clausula Décima do citado contrato;
- ❖ De acordo com o RJSPTP, designadamente o artigo 34.º, o serviço público de transporte de passageiros flexível é o serviço público de transporte de passageiros explorado de forma adaptada às necessidades dos utilizadores, permitindo a flexibilidade de, pelo menos, uma das seguintes dimensões da prestação do serviço: itinerários, horários, paragens e tipologia de veículo;
- ❖ O Decreto-lei 60/2016, de 8 de setembro estabelece as regras específicas que permitem a implementação efetiva da prestação destes serviços de mobilidade, integrados numa oferta sistémica de “mobilidade combinada” e entendidos como formas complementares, e não concorrentes, dos sistemas de transportes públicos coletivos regulares ou do transporte público individual, em táxi, cujas lacunas e insuficiências visam colmatar.
- ❖ O Transporte de Passageiros Flexível (TPF) aplica-se a situações em que exista uma baixa procura na utilização do transporte público regular ou quando o transporte público regular ou em táxi não dê uma resposta ajustada às necessidades dos cidadãos;
- ❖ Constituem atribuições das autarquias locais (Municípios e Freguesias) a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da lei 75/2013, de 12.09, onde se incluem o desenvolvimento, a ação social, a saúde, os transportes, entre outras;

- ❖ De acordo com artigo 7º do citado regime, constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município;
- ❖ A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado, conforme artigo 4º do Anexo I da lei 75/2013, de 12.09;
- ❖ Verifica-se a possibilidade da Freguesia de Benfca do Ribatejo desenvolver a transporte flexível para dar resposta às necessidades dos fregueses nas deslocações na área geográfica da respetiva Freguesia, disponibilizando viatura(s) e condutor;
- ❖ O Município de Almeirim, em prol do princípio de articulação com as freguesias, defensor de uma política de proximidade e, enquanto autoridade de transporte, está disponível para suportar mensalmente o custo a afetar à realização de tal transporte;
- ❖ A CIMLT, atual detentora da competência por via do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com o Município de Almeirim, não se opõe à realização efetiva do transporte flexível pela Freguesia de Benfca do Ribatejo, atento a que o mesmo não colide com os demais serviços públicos de transporte de passageiros, não estando o referido transporte atribuído a outrem;

ENTRE:

Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), número de identificação de pessoa coletiva 508787033, com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, aqui representada por Pedro Miguel César Ribeiro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, com poderes para o ato, e em execução do despacho datado de 22 de abril de 2022 a ratificar no Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo seguinte, **adiante designada por CIMLT ou Primeira Outorgante;**

E

Município de Almeirim (Município), número de identificação de pessoa coletiva 501 273 433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 ALMEIRIM, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente de Câmara Municipal, Paulo Vladimiro Santana Caetano, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Câmara Municipal de Almeirim de 08 de abril de 2022 e da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim de 21 de abril de 2022, **adiante designado por Município ou Segundo Outorgante;**

E



Freguesia de Benfca do Ribatejo, numero de identificação de pessoa coletiva 501195734, com sede em Rua da Fonte Branca, nº13, Benfca do Ribatejo, representada neste ato por Cândida Isabel da Conceição Lopes, que intervém neste ato na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, com poderes para o ato e em execução da deliberação de Junta de Freguesia de 05 de abril de 2022 e de Assembleia de Freguesia de 18 de abril 2022, **adiante designada por Freguesia ou como Terceira Outorgante;**

É acordado e reciprocamente aceite o presente contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências para o transporte flexível a desenvolver na Freguesia de Benfca do Ribatejo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto do Contrato

1. Pelo presente contrato, são definidos os termos e condições do exercício do serviço público de transporte de passageiros flexível, na freguesia de Benfca do Ribatejo, concelho de Almeirim, intitulado **TLP – Transporte Local de Proximidade**.
2. Ao abrigo do presente contrato, a CIMLT enquanto titular da competência por via da delegação ao abrigo do contrato Interadministrativo celebrado com o Município de Almeirim, transfere a execução do serviço de transporte de passageiros flexível na freguesia de Benfca do Ribatejo para a Junta de Freguesia, que a aceita, disponibilizando veículo(s) e condutor.
3. O Município de Almeirim, em estreita articulação com a freguesia na prossecução dos interesses próprios da população, apoiará com recursos financeiros.

Cláusula Segunda

Objetivos Estratégicos

- 1- A atuação dos outorgantes, na execução do presente Contrato, visa a prossecução dos objetivos de eficiência e gestão do transporte de passageiros flexível, integrada num projeto de mobilidade sustentável, que consiga dar resposta às necessidades dos fregueses.
- 2- Os outorgantes comprometem-se, ainda, na execução do presente Contrato, a promover a gestão e o uso eficiente dos recursos públicos, a promoção da universalidade do acesso e da qualidade dos serviços, a coesão-económica, social e territorial.

Cláusula Terceira

Princípios Gerais

A celebração, execução e cessação do presente Contrato obedece aos seguintes princípios:

- a) Igualdade;
- b) Não discriminação;
- c) Estabilidade;
- d) Prossecução do interesse público;
- e) Continuidade da prestação do serviço público;
- f) Necessidade e suficiência dos recursos.

Cláusula Quarta

Planeamento

1. Cabe à Freguesia de Benfca do Ribatejo a definição do circuito e respetivas paragens, equipamentos e infraestruturas afetos, periodicidade na realização dos mesmos e respetivos horários.
2. Caso o plano de execução do serviço mencionado no número anterior seja modificado, deverão as alterações/ajustamentos ser comunicadas à CIMLT e ao Município de Almeirim, com a indicação do respetivo fundamento, podendo estas entidades emitir parecer a ter em conta na definição dos mesmos, de modo a garantir a satisfação do serviço público.

Cláusula Quinta

Meios e Equipamentos

1. A Freguesia de Benfca do Ribatejo disponibilizará um autocarro de 29 (vinte e nove) lugares sentados para o transporte de passageiros flexível a realizar.
2. Para eficaz gestão do serviço, poderá ser, ainda, disponibilizado um veículo de 9 (nove) lugares em substituição do anterior ou em complemento àquele.
3. Caberá à Freguesia afetar um condutor para o(s) veículos(s) a afetar ao serviço.
4. Os veículos serão caracterizados com a identificação TLP – Transporte Local de Proximidade.
5. Os veículos deverão oferecer boas condições de segurança, conforto e comodidade.

Clausula Sexta

Remuneração do serviço

1. Pela execução do transporte de passageiros flexível, o Município de Almeirim transfere mensalmente para a Freguesia de Benfca do Ribatejo, a quantia de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).
2. O valor indicado no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, baseados em estudo económico anteriormente desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal para o transporte flexível e considerou média de 3 (três) dias por semana, 30KM/dia, em autocarro de 29 lugares, considerando o percurso mais direto entre as paragens ordenadas de acordo com a rota de serviço programada.
3. O valor indicado poderá ser ajustado conforme a realização dos serviços, a acordar entre as partes.

4. Não poderão ser cobradas quaisquer quantias aos utilizados do serviço.

Cláusula Sétima

Modalidade do Serviço Transporte Passageiros Flexível

1. O transporte de passageiros flexível realiza-se através de percursos predefinidos nas componentes de itinerários, paragens, horários e veículos a utilizar em função da procura habitual.
2. Em caso de manifesto interesse, por motivos excecionais, admite-se a possibilidade de transporte a pedido, desviando-se do itinerário definido, desde que previamente requisitado e havendo disponibilidade de meios, sem prejuízo do cumprimento do horário das paragens fixadas no itinerário principal.
3. Para o itinerário predefinido, o embarque e desembarque dos passageiros deverá ser efetuado nas paragens definidas para o efeito.

Cláusula Oitava

Deveres da Freguesia

1. A Freguesia de Benfca do Ribatejo no exercício do transporte de passageiros flexível deve:
 - a. Assegurar o transporte rodoviário dos passageiros no âmbito do serviço de transporte flexível, nas condições definidas, quanto a percursos, paragens e horários definidos, constante do Anexo I ao presente contrato;
 - b. Executar o serviço, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e em respeito pelos princípios de ética profissional, isenção, zelo e competência;
 - c. Assegurar a existência e manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e compreensiva cobertura dos riscos inerentes ao cumprimento do transporte de passageiro flexível;
 - d. Dispor de recursos humanos em qualidade e número adequados para exercício do transporte;
 - e. Caracterizar a(s) viatura(s) afetas ao transporte de passageiros flexível com a imagem associada aos TLP – Transporte Local de proximidade;
 - f. Utilizar os dísticos indicados nos veículos afetos ao transporte flexível aquando da realização do serviço, mantendo-os em boas condições de conservação, de acordo com o previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro;
 - g. Divulgar pelos meios adequados quaisquer ocorrências que ponham em causa o cumprimento dos horários dos serviços previstos ou o cumprimento total ou parcial do serviço, tomando as medidas necessárias à minimização dos problemas;

- h. Comunicar ao Município qualquer ocorrência que ponha em causa a suspensão e/ou interrupção do serviço, de modo a poderem tomar as medidas necessárias;
- i. Disponibilizar o livro de reclamações, nos termos constantes da lei aplicável;
- j. Zelar para que a fiabilidade do serviço se mantenha adequada e cumprir os procedimentos de recolha de passageiros nas paragens;
- k. Participar de forma ativa em sessões de informação e reuniões de acompanhamento promovidas pelo Município e/ou pela CIMLT e proporcionar uma correta articulação dos trabalhos com os objetivos e orientações dessas entidades para a área da mobilidade;
- l. Prestar todas as informações que lhe forem solicitadas pelo Município e/ou CIMLT, no âmbito da execução do serviço;
- m. Cumprir todas as normas ou recomendações emanadas pelas entidades competentes quanto ao modo de realização do transporte;
- n. Não transferir a execução do serviço a terceiros, sem prévia autorização do Município e da CIMLT.
- o. Acatar as orientações do Município e CIMLT no se refere à realização do serviço com vista a melhorar a adequação da oferta à procura, designadamente, na alteração, redução ou ampliação dos horários programados, bem como na alteração pontual de zonas a servir (supressão de paragens ou incorporação de novas paragens) e, conseqüentemente, dos trajetos a efetuar, nos termos da legislação em vigor;
- p. Prestar informações aos utentes e outros intervenientes no processo acerca, designadamente, de: circuitos, paragens, horários, percursos.

Cláusula Nona

Deveres do Município

Cabe ao Município:

- a. Garantir o pagamento da compensação pelo serviço prestado, nos termos da cláusula sexta;
- b. Prestar o apoio possível para que a execução ocorra nas melhores condições possíveis;
- c. Manter atualizada a informação referente à oferta de transporte público flexível;
- d. Fornecer os dísticos de identificação dos veículos associados ao projeto;
- e. Disponibilizar toda a informação aos passageiros nas paragens e locais considerados adequados, referente a horários e percursos;
- f. Promover e negociar eventuais alterações no serviço que vão ao encontro das necessidades da população.

Clausula Décima

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades à Freguesia, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual do transporte de passageiros flexível, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da Freguesia, que ela não pudesse conhecer ou prever à data do presente contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

Clausula Décima Primeira

Incumprimento do Contrato

O incumprimento das obrigações resultantes do presente contrato, por qualquer das partes, e que contenda com razões de relevante interesse público, constitui a outra parte no direito de resolver o contrato total ou parcialmente.

Cláusula Décima Segunda

Modificação do contrato

O presente contrato pode ser modificado mediante acordo escrito entre as partes.

Cláusula Décima Terceira

Suspensão do contrato

A execução pela Freguesia das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser suspensa, total ou parcialmente, com os seguintes fundamentos:

- a) Mora na disponibilização pelo Município dos recursos financeiros necessários à sua execução;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

Cláusula Décima quarta

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes contraentes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

- a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos contraentes;
- b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Primeiros Contraentes devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula Décima quinta

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico identificado no número seguinte.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, as respetivas comunicações e notificações devem ser dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:

- i. Município de Almeirim: pedro.ribeiro@cm-almeirim.pt;
- ii. CIMLT email: geral@cimlt.eu;
- iii. Freguesia de Benfica do Ribatejo: juntabenfica@gmail.com;

3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula Décima Sexta

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Sétima

Prazo

1. O presente contrato de delegação entra em vigor na data da sua assinatura, mantendo em vigor até ao termo do presente mandato.

2. O contrato considera-se renovado após a instalação da Assembleia Municipal de Almeirim e da Assembleia de Freguesia, bem como da Assembleia Intermunicipal, sem prejuízo dos outorgantes



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal



Almeirim
Câmara Municipal



poderem promover a denúncia do mesmo, no prazo de seis meses após a instalação daqueles órgãos deliberativos.

Almeirim, 25 de Abril de 2022

Em representação da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Pedro Miguel César Ribeiro

Em representação do Município de Almeirim,

O Vice-Presidente da Câmara Paulo Vladimiro Santana Caetano

Em representação da Freguesia de Benfca do Ribatejo

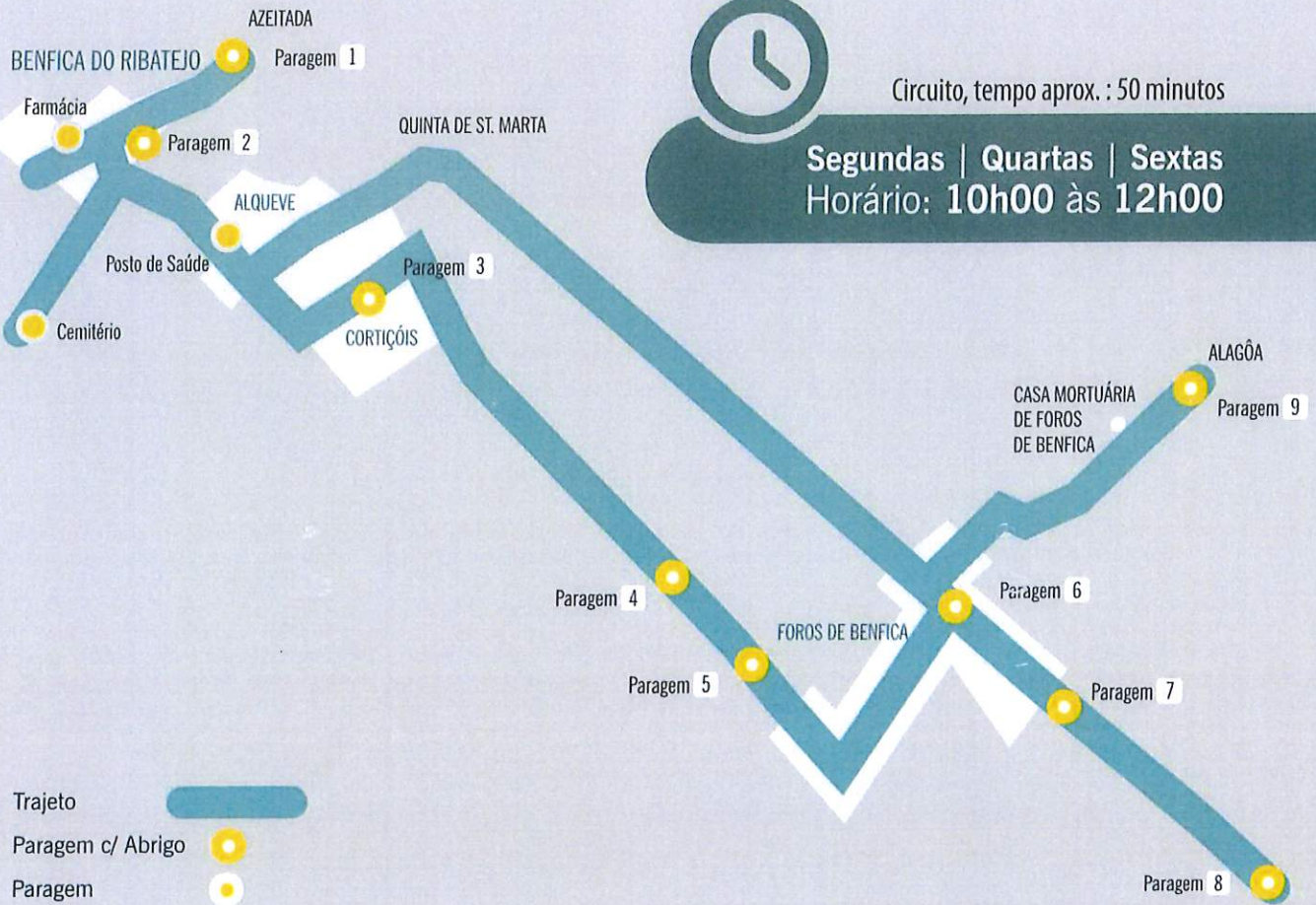
A Presidente de Junta de Freguesia, Cândida Isabel da Conceição Lopes

Handwritten signature and initials



Circuito, tempo aprox. : 50 minutos

Segundas | Quartas | Sextas
Horário: 10h00 às 12h00















Se sai na próxima...
 dê um sinal ao motorista.



TLP

Circuito

Clon
+

- Paragem 1  - AZEITADA [EN 118]
 -  - Farmácia
- Paragem 2  - BENFICA/ESCOLA [EN 118]
 -  - Cemitério
 -  - Posto de Saúde
- Paragem 3  - CORTIÇÓIS [Norton de Matos]
- Paragem 4  - FOROS DE BENFICA [1º de Maio]
- Paragem 5  - FOROS DE BENFICA [1º de Maio]
- Paragem 6  - FOROS DE BENFICA [Padaria]
- Paragem 7  - FOROS DE BENFICA [Pinheira]
- Paragem 8  - FOROS DE BENFICA [Rua Direita]
- Paragem 9  - FOROS DE BENFICA [Alagôa]



**ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA
LEZÍRIA DO TEJO ATRIBUÍDAS AO MUNICÍPIO PELA LEI N.º 52/2015, DE 9 DE JUNHO,
RELATIVAS AO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE
PASSAGEIROS**

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE - Município de Almeirim (adiante designado abreviadamente por Município), NIPC 501273433, com sede na Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Vladimiro Santana Caetano, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim de 29 de junho de 2023, adiante designada por entidade delegante;

E

SEGUNDO OUTORGANTE - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada por CIMLT), NIPC 508787033, com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, representada neste ato pelo Exmo. Senhor Presidente do Conselho Municipal, com poderes para o ato, e em execução da deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, de 27 de julho de 2023, adiante designada de entidade delegada;

Considerando que:

- A. Em 30 de dezembro de 2016, foi celebrado o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Almeirim na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, aditado em 28 de abril de 2017 e 21 de julho de 2022, atribuídas ao Município pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros;
- B. Nos termos da Cláusula Décima o Município delegou na CIMLT a competência para a exploração no que respeita ao serviço público de transporte municipal de passageiros, excluindo-se, para o efeito, nos termos do n.º 2, da mencionada cláusula, os transportes urbanos de Almeirim (TUA), assim como os transportes escolares: Serviço Regular especializado;
- C. Mais foram delegadas as competências para realização de serviços público de transporte de passageiros flexível, nos termos do artigo 4º do Decreto-lei nº60/2016, de 8 de setembro, conforme consta do nº3 da Clausula Décima do citado contrato;

- D. Portanto, e atento o disposto na mencionada Cláusula Décima do contrato de delegação mencionado na alínea B) dos presentes, o transporte local ou de proximidade encontra-se até ao momento presente delegado na CIMLT, uma vez que não se encontra abrangido pelas exceções nela previstas;
- E. O sistema de transportes públicos não tem conseguido dar resposta satisfatória a uma parte significativa das necessidades de mobilidade da população, em situações de rarefação populacional que acabam por inviabilizar, técnica e financeiramente, em muitas situações, a sustentabilidade da oferta de serviços de transportes públicos coletivos, tendo como resultado o abandono da operação de muitos serviços ou a redução significativa dos níveis de oferta e da respetiva cobertura espacial e temporal;
- F. A falta de uma resposta satisfatória em situações de baixa procura tem, por isso, propiciado o crescimento da utilização do transporte individual em detrimento do transporte coletivo e, em muitos casos, tem contribuído para limitar a mobilidade de pessoas, que por razões económicas, de idade, ou outras situações pessoais, não têm acesso ao automóvel para realizar as suas deslocações;
- G. Deste modo, e face à crescente procura dos serviços de mobilidade, o Município de Almeirim encontra-se a desenvolver uma solução de mobilidade de proximidade com as freguesias, já explanada no dia 25 de abril de 2022 em que foi assinado o contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências entre a CIMLT, o município de Almeirim e a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo para o serviço público de transporte de passageiros flexível TLP – Transporte Local de Proximidade daquela freguesia;
- H. A referida solução apresenta determinadas particularidades resultantes em larga medida da sua principal característica ou função, a saber, a sua natureza de proximidade, a qual implica que sejam dotadas de um reduzido âmbito territorial (o território da freguesia);
- I. Das características particulares do serviço resulta, relativamente à Freguesia de Fazendas de Almeirim, que a melhor solução consiste na respetiva gestão pelo Município;
- J. O Município de Almeirim, em prol do princípio de articulação com as freguesias, defensor de uma política de proximidade e, enquanto autoridade de transporte, está disponível para encontrar soluções para dar resposta às necessidades dos fregueses nas deslocações na área geográfica de cada freguesia e suportar mensalmente o custo a afetar à realização de tais transportes;

- K. Por outro lado, a CIMLT, atual detentora da competência por via do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com o Município de Almeirim, não se opõe à realização efetiva do transporte local de proximidade, atento a que o mesmo não colida com os demais serviços públicos de transporte de passageiros municipais;
- L. De acordo com a Cláusula Vigésima Quinta do contrato celebrado, as partes podem, entre outros, proceder à revisão do contrato, por proposta fundamentada de qualquer das partes e aceite pela outra.

Assim, após a aprovação dos respetivos órgãos deliberativos, é reciprocamente aceite e de boa fé celebrado o presente ADITAMENTO ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências:

Cláusula Única

As partes acordam em alterar a Cláusula Décima, a qual passará a ter a seguinte redação:

"Cláusula Décima

Exploração do serviço público de transporte de passageiros

- 1 – O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante, no que respeita ao serviço público de transporte de passageiros municipal, a competência para a exploração, através de meios próprios e ou de atribuição a operadores de serviço público, por meio de celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros, conforme disposto na al. b) do n.º 2 do RJSPTP.
- 2 – Excluem-se da delegação supra identificada:
- a) Os transportes urbanos de Almeirim (TUA);
 - b) Os transportes locais de proximidade (TLP), a desenvolver na área geográfica da freguesia de Fazendas de Almeirim;
 - c) Os transportes escolares: Serviço Regular especializado.
- 3 – O Primeiro Outorgante delega na Segunda Outorgante a realização de serviço público de transporte flexível de passageiros e a pedido, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro.
- 4 – Nos casos legalmente previstos, poderá a Segunda Outorgante recorrer à adjudicação da exploração do serviço público de transporte de passageiros por ajuste direto ou prorrogação do prazo

de um determinado contrato de serviço público, mediante acordo com o operador de serviço público, nos termos do artigo 19.º do RJSTP.

5 – A seleção de qualquer operador de serviço público deverá observar o regime jurídico estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros, bem como as disposições do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no RJSPTP.

6 – A Segunda Outorgante obriga-se a informar previamente a Primeira Outorgante, do lançamento de qualquer procedimento para a seleção de operador de serviço público de transporte, bem como dar todas as indicações sobre o andamento de tal procedimento e dos resultados do mesmo.”

Em tudo o restante, aplicam-se as disposições contidas no Contrato Interadministrativo celebrado a 30 de dezembro de 2016.

Santarém, 28 de julho de 2023

Em representação do Primeiro Outorgante, Município de Almeirim



O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Vladimiro Santana Caetano

Em representação da Segunda Outorgante, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo



O Presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Pedro Miguel César Ribeiro



LEZÍRIA DO TEJO
comunidade
intermunicipal

**5.º Aditamento ao
Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Almeirim na
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo atribuídas ao Município pela Lei N.º 52/2015, de 9 De
junho, Relativas ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros**

**5.º ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO
DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Considerando que:

- A)** No passado dia 30 de Dezembro de 2016 foi celebrado e aditado em 28 de abril de 2017, 25 de abril e 21 de julho de 2022, e 28 de julho de 2023, entre o Município de Almeirim e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (doravante CIMLT) um contrato interadministrativo de delegação de competências, o qual foi celebrado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e artigo 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (doravante RJSPTP), bem como nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o Estatuto das Entidades Intermunicipais, o Regime Jurídico da Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, assim como da Delegação de Competências do Estado nas Autarquias Locais e nas Entidades Intermunicipais e dos Municípios nas Entidades Intermunicipais e nas Freguesias e o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico (doravante RJAL);
- B)** Por força do referido contrato, foram delegadas, pelo Primeiro Outorgante na Segunda Outorgante, as competências previstas no n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP;
- C)** Para o que releva para o presente aditamento, a alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP estipula que as autoridades de transporte têm competência para o *“investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público”*;
- D)** Na sequência da celebração daquele contrato e respetivo aditamento, a 21/07/2022, foi promovido o 2.º aditamento ao contrato interadministrativo de delegações de competências celebrado entre o Município de Almeirim e a CIMLT, através do qual o Município avocou a competência referente aos investimentos nas redes, equipamentos e infraestruturas no serviço público de transporte de passageiros, conferida pela mencionada alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP, outrora delegadas na CIMLT;



- E)** Tal aditamento radicou na “(...) *necessidade de proceder a alterações aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, autorizados pela CIMLT, de forma a dar resposta às necessidades dos utilizadores, designadamente através dos Procedimentos para Ajustamento das Condições de Exploração do Serviço Público de Transporto de Passageiros*”;
- F)** Volvidos cerca de dois anos da aprovação do aditamento vindo de aludir, o Município de Almeirim e a CIMLT, no âmbito da prossecução das suas competências e atribuições, depararam-se com novas necessidades e objetivos, em concreto, no que tange com as redes, equipamentos e infraestruturas que apoiam a prestação do serviço público de transporte de passageiros;
- G)** Na sequência do antedito, a CIMLT obteve financiamento com vista ao investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros;
- H)** Por força dos termos contratuais atualmente vigentes, resultantes do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre as Partes e respetivos aditamentos, a CIMLT não dispõe de competência para proceder ao investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas, de âmbito municipal, destinadas à prestação do serviço público de transporte de passageiros, na medida em que a referida competência, conferida pela alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP, foi avocada pelo Município de Almeirim, por via do 2.º aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências;
- I)** O Município de Almeirim identificou a necessidade de investir nas redes, equipamentos e infraestruturas que servem de apoio ao transporte de passageiros de forma a garantir a adequada prestação daquele serviço público, essencial para a população local;
- J)** O n.º 2 do artigo 10.º do RJSPTP determina que “(...) *duas ou mais autoridades de transporte podem acordar entre si o exercício partilhado de parte ou da totalidade das competências que lhes cometidas, designadamente através de contratos interadministrativos*”;
- K)** O n.º 3 do artigo 10.º do RJSPTP esclareceu que se incluem no preceito mencionado o “(...) *estabelecimento de modelos de (...) investimentos estruturantes em serviços públicos de transporte de passageiros*”;



- L)** Tendo em conta o exposto, estão reunidas as condições para que o Município de Almeirim e a CIMLT exerçam as competências de investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas de apoio ao transporte de passageiros, que lhe foram conferidas originalmente pela alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP, em conjunto, garantindo, assim, a apropriada prestação do serviço público de transporte de passageiros;
- M)** Com vista ao cumprimento do disposto nos considerandos anteriores, o Município de Almeirim e a CIMLT pretendem, à luz do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º do RJSPTP, que fique regulado no contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado o exercício conjunto da competência plasmada na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP;
- N)** De acordo com a Cláusula Vigésima Quinta do contrato celebrado, as partes podem, entre outros, proceder à revisão do contrato, sempre que a mesma seja indispensável para adequar o Contrato aos objetivos pretendidos;

Pelo exposto, é acordado e reciprocamente aceite o presente aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE - Município de Almeirim (adiante designado abreviadamente por Município), NIPC 501273433, com sede Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim representado neste ato pelo Exmo. Vice-Paulo Vladimiro Santana Caetano, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Câmara Municipal de 16.12.2024 e da deliberação da Assembleia Municipal de 20.01.2025, adiante designada por entidade delegante, primeiro outorgante ou Município;

E

SEGUNDO OUTORGANTE - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (adiante designada abreviadamente por CIMLT), com sede na Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 2001-907 Santarém, pessoa coletiva n.º 508787033 aqui representada por Pedro Miguel César Ribeiro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal, com poderes para o ato, e em execução da deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo datada de 28.11.2024, adiante designada por entidade delegada, segundo outorgante ou CIMLT;



Cláusula Primeira

Pelo presente aditamento procede-se à alteração da redação da Cláusula Décima Sexta do contrato celebrado, a qual passará a ter a seguinte redação:

"1 – As Partes exercem, em conjunto, as competências que lhes foram conferidas pela alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP referentes aos investimentos nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicadas ao serviço público de transporte de passageiros municipais.

2 – Por força da partilha de competências, o Segundo Outorgante pode realizar investimentos nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicadas ao serviço público de transporte de passageiros municipais, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP, desde que previamente acordado entre ambas as Partes.

3 – Constitui receita do Primeiro Outorgante, o produto das receitas provenientes da exploração de redes, equipamentos e Infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, excepcionando-se os que forem da propriedade da Segunda Outorgante.

4 – Com vista à obtenção de recursos financeiros para a realização dos investimentos referidos no número anterior, as Partes podem apresentar candidaturas a programas de financiamento em conjunto, estando obrigadas a cooperar na organização e execução das mesmas".

Em tudo o mais vigoram os termos do contrato e aditamento anteriormente celebrados.

O presente contrato é feito em duas vias, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Santarém, 23 de janeiro de 2025

Em representação do Primeiro Outorgante, Município de Almeirim

O Vice-Presidente da Câmara, *Paulo Vladimiro Santana Caetano*

Assinado por: **Pedro Miguel César Ribeiro** Assinado por: **Paulo Vladimiro Santana Caetano**
Em representação do Primeiro Outorgante, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo Em representação do Primeiro Outorgante, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
Num. de Identificação: 007856 Num. de Identificação: 005095
Data: 2025.01.30 22:30:39+00'00' Data: 2025.01.31 10:33:44+00'00'



O Presidente do Conselho Intermunicipal da Lezíria do Tejo, *Pedro Miguel César Ribeiro*